

Minas está perto de sua definição

O deputado Pimenta da Veiga, líder do Governo na Câmara, apresentou ontem consulta formal ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a possibilidade jurídica do governador Hélio Garcia ser candidato ao Governo de Minas Gerais. Trata-se de lance ousado na política mineira e praticamente define a situação naquele Estado, uma vez que a resposta do TSE, que deverá ser conhecida até 15 de maio, tem força de lei.

Se o governador Hélio Garcia for, de fato, juridicamente apto para se candidatar ao Governo de seu Estado, a Aliança Democrática automaticamente estará refeita em Minas Gerais. Os principais expoentes da Frente Liberal, incluindo Aureliano Chaves, são partidários da candidatura de Hélio Garcia. No PMDB o nome do Governador não encontra opositores, porque ele teria precedência sobre os demais. Assim, o atual Governador, vice de Tancredo Neves, teria uma eleição (ou reeleição) tranquila.

Caso o Governador não seja considerado elegível, a situação se modifica por inteiro e dificilmente a Aliança Democrática tornará a existir em Minas Gerais. Neste caso, o PMDB deverá optar pelo nome do deputado Pimenta da Veiga, que tem apoio na bancada federal e estadual, enquanto a Frente Liberal caminha por optar pelo senador Itamar Franco que, embora sendo do PMDB, encontra resistência dentro do partido a seu nome. A decisão sobre a sucessão de Hélio Garcia está transformada em assunto jurídico e não mais político.

O que havia de conteúdo político na complexa situação mineira foi consumida em horas e horas de conversa em Brasília e Belo Horizonte. Agora, tudo está sob a condicionalidade que o Tribunal Superior Eleitoral vai examinar. Mas os dois partidos, segundo depoimentos diversos, já definiram suas posições. O candidato Hélio Garcia uniria a Aliança Democrática, mas a sua postulação jurídico-eleitoral abre a perspectiva de outras reeleições pelo País, incluindo a do próprio presidente da República. Além dessa hipótese, correm dois candidatos: Itamar Franco versus Pimenta da Veiga.

Já em Pernambuco a situação é muito mais nebulosa que a de Minas Gerais. O ex-ministro Fernando Lyra queixa-se de que não foi formalmente convidado para nenhuma conversa sobre a composição da chapa em seu Estado. E ele não admite conversar tendo como moeda sua eventual candidatura ao Senado Federal por duas razões: a primeira é a de que ele não quer ser candidato ao Senado e a segunda é a de que ele entende que essa candidatura seria naturalmente dele se assim o desejasse. Mas ainda pode haver um outro fator: é possível que o atual presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, seja candidato ao Senado Federal pelo PMDB pernambucano.

A dificuldade em Pernambuco está quase toda ela concentrada no PMDB e girando em torno da candidatura de Miguel Arraes, que também não admite negociações a propósito de sua postulação. A Frente Liberal enfrenta problemas porque ainda não definiu um candidato. Amanhã, no Recife, o governador Roberto Magalhães estará inaugurando um conjunto de obras, que constituem uma das principais realizações de seu Governo, quando encontrará espaço e oportunidade para falar sobre o assunto.

São Paulo gira ao redor de outras expectativas. Naquele Estado as estruturas partidárias costumam valer menos que as individualidades políticas. Há exemplos deste fenômeno, recentes ou antigos. O empresário Antônio Ermirio de Moraes andou por Brasília e deixou no Palácio do Planalto a impressão de que terá o apoio do PTB e possivelmente da Frente Liberal. Isso equivale dizer que o empresário será candidato de um ou outro partido ou, ainda, da coligação dos dois. No PMDB já não se fala mais em retirada da candidatura Orestes Quércia. Fala-se, agora, em apoio de Jânio Quadros a Antônio Ermirio de Moraes e na possibilidade de Paulo Maluf retirar a sua candidatura em favor da união com o empresário.

Eleição

Os pequenos partidos admitiram ontem se integrar no esforço do senador Murilo Badaró (PDS-MG) para aprovar o seu projeto de lei que dispõe sobre legislação eleitoral e propõe a revogação da Lei Falcão, que regulamenta o acesso gratuito dos candidatos ao rádio e à televisão. Essa decisão tem o inegável objetivo de pressionar o PMDB a fazer concessões em alguns pontos da legislação. O líder do Governo no Senado, Alfredo Campos, já decidiu não colocar o assunto em votação enquanto não houver consenso entre os partidos e o Palácio do Planalto.

O Conselho Político decidiu que a Câmara deve conduzir o assunto. O líder Pimenta da Veiga tentará renegociar com seus colegas de outros partidos na busca do consenso. Somente assim haverá clima para que a pauta seja desobstruída e o pacote de leis que trata sobre a eleição de novembro venha a ser, afinal, votado.

SNI